

Reunião Plenária de 2 outubro de 2017

No dia 2 de outubro de 2017 realizou-se, nas instalações da APA, mais uma reunião plenária da Comissão de Gestão de Albufeiras, que contou com a presença do Senhor Secretário de Estado do Ambiente. O encontro teve como objetivo principal avaliar a evolução das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, no final do ano hidrológico 2016/2017 e início do novo ano hidrológico.

Em termos meteorológicos o IPMA informou que Setembro de 2017 foi o mais seco dos últimos 87 anos em Portugal Continental, com um total de precipitação de 2 mm, muito inferior ao normal (cerca de 5% do valor médio 1971/2000) e classificando-se como extremamente seco. Consequentemente verificou-se um aumento da área em situação de seca severa e extrema. De acordo com o índice meteorológico de seca PDSI, em 30 de setembro cerca de 81.0 % do território estava em seca severa e 7.4 % em seca extrema. De abril a setembro, valores médios de precipitação total sempre inferiores ao normal. Precipitação mensal acumulada no ano hidrológico 2016/17 correspondeu a 70 % do valor normal.

Conforme estabelecido no “Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca”, a avaliação da seca hidrológica é feita em 4 momentos: 31 de janeiro, 31 de março, 31 maio e 30 de setembro. Da avaliação realizada a 30 de setembro concluiu-se que apenas a bacia do Sado estava em seca hidrológica. apresentam-se inferiores às médias de armazenamento de junho (1990/91 a 2015/16), exceto para as bacias do Cávado/Ribeiras Costeiras, Ave e Arade. Das 61 albufeiras monitorizadas (inclui Ribeiradio no Vouga), 3 (em agosto eram 9) apresentam disponibilidades hídricas superiores a 80% do volume total e 23 (em agosto eram 22) têm disponibilidades inferiores a 40% do volume total.

Continuam a registar-se descidas dos níveis piezométricos nas formações do Maciço Antigo Indiferenciado bem como nalguns sistemas aquíferos, onde persistem níveis inferiores ao percentil 20. É expectável que os níveis de água subterrânea continuem a baixar (devido ao fluxo natural bem como às utilizações existentes) até ocorrer precipitação significativa que permita a recarga das massas de água.

As situações críticas identificadas no final do mês setembro são para além de toda a bacia do Sado as albufeiras de Póvoa Meadas, Divor, Veiros, Vigia, Serra Serrada, Santa Luzia, Abrilongo, Caia. No que se refere às águas subterrâneas salientam-se como as situações mais críticas: Moura-Ficalho (bacia do Guadiana); Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Guadiana e do Sado (bacias do Guadiana e do Sado); Zona Sul Portuguesa da Bacia do Guadiana e do Sado (bacias do Guadiana e do Sado); Elvas-Campo Maior (bacia do Guadiana); Campina de Faro – Subsistema Vale de Lobo (bacia das Ribeiras do Algarve); Cársico da Bairrada (bacias do Mondego e do Vouga); Estremoz-Cano (bacias do Tejo e do Guadiana); Maceira (bacias das Ribeiras do Oeste e do Lis); Paço (bacia das Ribeiras do Oeste).

Foram avaliadas os efeitos das medidas que foram definidas nas reuniões plenárias da Comissão de Gestão de Albufeiras e consagradas na reunião da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, realizada a 19 de julho. Atendendo que não se perspectivam valores de precipitação significativos no primeiro trimestre do ano hidrológico 2017/2018 foram definidas as seguintes medidas:

Comissão de Gestão de Albufeiras

- Dar continuidade às medidas definidas.
- Face à situação crítica na região do Alentejo continuar a acompanhar a situação diariamente, promovendo reuniões da subcomissão da Zona Sul, sempre que necessário.
- Avaliar a nível nacional as previsões de consumos urbanos no primeiro trimestre do ano hidrológico 2017/2018 face às disponibilidades existentes nas origens de água utilizadas, tendo por base cenários de previsão existentes e tomar as medidas adequadas para garantir o abastecimento.
- Dar continuidade às ações de sensibilização aos sectores e de informação à população relativamente à diminuição significativa das disponibilidades e da necessidade de garantir que haja um consumo racional de água.
- Avaliar com a EDIA, o Ministério da Agricultura e os utilizadores o planeamento das transferências no ano hidrológico 2017/2018.
- Avaliar com o Ministério da Agricultura a rega das culturas perenes (sobrevivência) no imediato, bem como planear as culturas anuais atendendo às disponibilidades existentes e aos cenários de previsão.